

Parecer nº 179/99

Data: 1999.11.03

Processo nº 714

Requerente: António Duarte Martins de Magalhães

1. Resumo dos Factos

O Dr. António Duarte Martins de Magalhães, técnico superior de reinserção social de 1ª classe, a desempenhar funções na equipa do Instituto de Reinserção Social (IRS) do círculo judicial de Guimarães, solicitou à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) que se pronunciasse sobre a possibilidade de vir a aceder a determinados documentos nominativos, constantes dos arquivos do IRS e relativos a perícias de personalidade.

Informa também o requerente que, em Novembro de 1998, pedira ao Presidente do IRS autorização para a consulta desses documentos, tendo-lhe sido comunicado que tal dependia de prévio parecer favorável desta Comissão.

A razão determinante do pretendido acesso é a recolha de elementos que lhe permitam a elaboração da sua dissertação de mestrado em Psicologia da Justiça. A investigação tem como finalidade última caracterizar, nalgumas variáveis da personalidade, uma amostra de população prisional, constituída por condenados por vários crimes, amostra que, por razões metodológicas de fiabilidade e de validade, o interessado gostaria que fosse tão ampla quanto possível.

Ora, o acesso a tais documentos nominativos ser-lhe-ia de grande utilidade, já que tornaria possível a obtenção de dados relativos a pessoas a quem foi aplicado o teste de Rorschach (teste projectivo de personalidade), usando o sistema compreensivo de Exner, os quais – como se infere do requerimento do Dr. António Martins de Magalhães -, são da maior relevância para a realização do seu trabalho.

O interessado compromete-se a respeitar os “*cuidados éticos de confidencialidade*”, assegurando que, “*em caso algum, os resultados serão divulgados para além do estritamente necessário*” ao seu projecto científico.

2. O Direito

2.1. De acordo com a alínea c) do nº 1 do artigo 20º da Lei que regula o acesso aos documentos da Administração (LADA) – Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, alterada pela Lei nº 8/95, de 29 de Março, e pela Lei nº 94/99, de 16 de Julho -, compete à CADA “*dar parecer sobre o acesso aos documentos nominativos – como é o caso [cfr. artigo 4º, nº 1, alíneas b) e c) da LADA] – nos termos do nº 2 do artigo 15º, a solicitação do interessado ou do serviço requerido*”.

Assim – e porque, com grande grau de probabilidade, não seria viável colher a autorização escrita das pessoas a quem os dados pessoais constantes dos documentos nominativos possam dizer respeito -, o pedido ora em apreço foi dirigido directamente a esta comissão pelo interessado, não constando, pois, do processo informação provinda dos competentes serviços do IRS, o que talvez pudesse constituir elemento adjuvante da apreciação feita pela CADA.

2.2. A CADA reconhece que o interesse científico manifestado pelo Dr. António Martins de Magalhães e a importância de um trabalho de mestrado na área que vem proposta são suficientes para fundamentar o interesse directo, pessoal e legítimo no pretendido acesso (cf. artigo 8º, nº 2 da LADA). No entanto, na ponderação de interesses em confronto, não podem postergar-se os valores inerentes à salvaguarda da intimidade da vida privada. Por isso, afigura-se de autorizar o acesso aos processos nas condições seguintes:

a) Serem, tanto a consulta dos processos como a colheita de elementos relativos àquela concreta amostra de população prisional, feitas no próprio local onde tais documentos se encontram, ou seja, nos serviços que os detêm – cf. artigo 12º, nº 1 alínea a), da LADA;

- b) Ser, pelo interessado, subscrito documento em que identifique todos os processos a que tenha acesso;
- c) Serem “despersonalizados” os textos, as conclusões e, em geral, os resultados que se elaborem e divulguem – incluindo os apontamentos, registos e outros trabalhos preparatórios -, por forma a impossibilitar a individualização de dados susceptíveis de ofender a reserva da intimidade da vida privada, tanto do arguido/condenado ou do ex-recluso como da sua família nuclear;
- d) Ser o Dr. António Duarte Martins de Magalhães informado de que, de acordo com a LADA (artigo 10º, nº 3), *“os dados pessoais comunicados a terceiros não podem ser utilizados para fins diversos dos que determinam o acesso, sob pena de responsabilidade por perdas e danos, nos termos legais”*.

3. Conclusão

Em razão de quanto antecede, conclui-se que é de autorizar o acesso aos processos, nas condições seguintes:

- a) Serem, tanto a consulta dos processos como a colheita de elementos relativos àquela concreta amostra de população prisional, feitas no próprio local onde tais documentos se encontram, ou seja, nos serviços que os detêm – cf. artigo 12º, nº 1 alínea a), da LADA;
- b) Ser, pelo interessado, subscrito documento em que identifique todos os processos a que tenha acesso;
- c) Serem “despersonalizados” os textos, as conclusões e, em geral, os resultados que se elaborem e divulguem – incluindo os apontamentos, registos e outros trabalhos preparatórios -, por forma a impossibilitar a individualização de dados

susceptíveis de ofender a reserva da intimidade da vida privada, tanto do arguido/condenado ou do ex-recluso como da sua família nuclear;

- d) Ser o Dr. António Duarte Martins de Magalhães informado de que, de acordo com a LADA (artigo 10º, nº 3), *“os dados pessoais comunicados a terceiros não podem ser utilizados para fins diversos dos que determinam o acesso, sob pena de responsabilidade por perdas e danos, nos termos legais”*.

Este é, pois, o parecer da CADA.

Aprovado na sessão de 3 de Novembro de 1999.

Castro Martins (Presidente) – *José Magalhães* – *Vasco Almeida* – *João Figueiredo* – *Francisco de Brito* – *Renato Gonçalves* – *Branca Amaral* – *Amadeu Guerra*